

PANORAMA

SUMÁRIOS CORRENTES BRASILEIROS

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) pelas suas características de órgão nacional de informação e como instrumento de atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia e do CNPq na área de ICT, além de atividades de assessoramento, harmonização e integração, desenvolve, com seus próprios recursos, alguns serviços que atingem, de forma horizontal, todas as áreas de ciência e tecnologia.

Em decorrência dessa diretriz de prestação de serviços, a atual diretoria do IBICT, tornou a decisão de iniciar a publicação dos Sumários Correntes Brasileiros.

Devido ao aumento da produção científica nacional ocorrido nos últimos 25 anos, de que é consequência a existência de um maior número de revistas especializadas, impõe-se a criação de um veículo que propicie uma maior difusão da literatura científica produzida no País.

A publicação dos Sumários Correntes Brasileiros constitui uma retomada de uma experiência tentada, há 20 anos, em 1966, pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) que lançou uma publicação com propósitos semelhantes, mas que lamentavelmente, cessou no primeiro número.

Em face da lacuna de instrumentos ágeis que facilitem a mais ampla difusão da produção constante das revistas especializadas brasileiras e respondendo a uma das recomendações do 1º Encontro de Editores de Revistas Científicas, realizado em março de 1984, em São Lourenço, MG, o Instituto irá publicar, a partir de janeiro de 1986 os Sumários Correntes Brasileiros, com uma série para as Ciências Exatas e da Natureza, outra para as Ciências Humanas e Sociais, sendo que os periódicos multidisciplinares serão incluídos em ambas as séries.

No 2º Encontro de Editores de Revistas Científicas, realizado em novembro de 1985, em São Paulo, SP, foi distribuído um número zero, de caráter experimental, cobrindo apenas as Ciências Exatas e Biológicas, com o objetivo de receber críticas e sugestões.

O conteúdo dos Sumários Correntes Brasileiros está organizado em ordem alfabética, por áreas de conhecimento, de acordo com a tabela de classificação elaborada pelo CNPq. Em cada área, o leitor encontrará os periódicos dispostos em ordem alfabética de título. Sua periodicidade é mensal.

No futuro, cada fascículo deverá conter a lista dos endereços dos autores principais dos artigos referenciados, com a finalidade de promover a comunicação direta entre os pesquisadores, seja para a obtenção de separatas, seja para o intercâmbio de informações.

Um outro melhoramento a ser introduzido será a inclusão de um índice de palavras-chave dos títulos dos artigos, que possibilite a recuperação de referências por assuntos. Um dos pré-requisitos para isso é o aperfeiçoamento dos títulos dos artigos, por parte dos autores e editores, de modo a torná-los mais significativos. Além disso, no caso de artigos publicados em idiomas estrangeiros, os editores deverão sempre acrescentar a tradução dos títulos respectivos para o português, a fim de facilitar a elaboração do índice por computador.

Com essa iniciativa, o IBICT espera contribuir para a divulgação dos resultados de pesquisas constantes dos trabalhos publicados em nossas revistas especializadas.

NO INPI, SERVIÇO INTERDATA

O Posto de Serviço do IBICT, localizado anteriormente no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em consequência de um convênio firmado entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o IBICT, foi transformado no Núcleo de Informação IBICT/INPI e o terminal que dá acesso aos sistemas ORBIT, DIALOG e QUESTEL, via INTERDATA, está agora instalado no INPI, no Rio de Janeiro, continuando a coordenação desse Núcleo de Informação a cargo da responsável pelo antigo Posto de Serviço do IBICT.

A decisão para essa transferência decorreu da necessidade de ampliar o universo de usuários desse serviço com especial ênfase no setor produtivo.

Os serviços poderão ser solicitados no seguinte endereço:

Praça Mauá, 7,11º andar
20083 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 253-8786 e 253-8598.

REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA (RITLA)

Em 1980, o Sistema Económico Latino Americano (SELA) propôs o estabelecimento da RITLA como um instrumento de cooperação regional na América Latina, visando diminuir dependência dos países do Hemisfério Norte, tradicionalmente exportadores de tecnologia e informação, através da ampliação e diversificação da oferta tecnológica regional e do fortalecimento da capacidade autónoma da região. Até o momento, participam da RITLA a Argentina, o Brasil (onde se encontra estabelecida a sede), o México, a Nicarágua e a Venezuela.

A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana se propõe a:

- promover e intensificar o intercâmbio de informação entre instituições tecnológicas dos países-membros;
- desenvolver ações setoriais integradas de informação sobre fontes de informação tecnológica;
- levantar e disseminar informações sobre fontes de informação tecnológica;
- melhorar a capacidade de negociação de tecnologia;
- promover o desenvolvimento institucional da RITLA.

Como atividade inicial, a RITLA está implantando um Serviço de Informação Referencial sobre Informação Tecnológica, com a perspectiva de divulgar informações sobre fontes de Informação tecnológica, estabelecendo um canal de comunicação alternativo entre produtores (oferta) e usuários (demanda) da informação, no âmbito dos países-membros. O projeto recebe apoio financeiro da Secretaria de Tecnologia Industrial e apoio técnico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, além de apoio da Financiadora de Estudos e Projetos através da cessão, em contrato de comodato, de um microcomputador e periféricos (inclusive unidade de comunicação teleprocessada).

Considerando a localização espacial da RITLA bem como a disponibilidade de infra-estrutura de serviços e produtos em informação tecnológica aqui existentes, o Brasil será o país-membro a partir do qual se iniciará a implantação do Serviço de

Informação Referencial.

Os mecanismos operacionais do Serviço podem ser descritos em dois níveis:

- a nível de produtos, envolvendo a edição de um guia de fontes de informação tecnológica no âmbito dos países-membros e de um boletim (tipo newsletter) com informações sobre as fontes de informação tecnológica;
- a nível de serviços, envolvendo a organização e manutenção de um cadastro referencial de fontes de informação tecnológica e a divulgação de produtos e serviços de informação no âmbito de atuação da STI e do IBICT, entre os países-membros.

Com o Serviço de Informação Referencial, a RITLA espera contribuir para a troca de informações a nível regional na América Latina, inclusive com outros organismos regionais dos quais se pode destacar o Sistema Andino de Informação Tecnológica (SAIT).

FORMATO IBICT

A partir da adaptação do formato MARC II da Library of Congress dos Estados Unidos, em 1972, Alice Príncipe Barbosa publicava sua dissertação final para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia e Documentação, intitulada "Projeto CALCO" (Catalogação Legível por Computador).

O projeto CALCO visava dotar o Brasil de uma central de processamento de catalogação, com a cooperação técnica de diferentes bibliotecas e teria como subprodutos a publicação automática do catálogo coletivo nacional de monografias e da bibliografia nacional corrente. Serviu também de base para o desenvolvimento de diversos sistemas automatizados para catalogação de acervo, entre eles o da Fundação Getúlio Vargas, da Biblioteca Nacional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1981, o IBICT constituiu um grupo de trabalho, formado por técnicos do Instituto e por representantes da comunidade de usuários do formato CALCO, com a finalidade de definir um formato padrão que permitisse o intercâmbio de informações entre os sistemas já existentes e aqueles que viessem a ser desenvolvidos e implementados.

O FORMATO de Intercâmbio Bibliográfico e CaTalográfico (FORMATO IBICT) é resultado do trabalho desenvolvido por esse grupo visando

regulamentar a forma, o conteúdo e o meio pelo qual esses sistemas farão o intercâmbio de informações bibliográficas e catalográficas, em registros magnéticos.

O FORMATO IBICT foi elaborado de maneira extensiva e detalhada, prevendo condições para descrição e identificação dos dados a serem permutados pela instituições que o utilizarem como formato de intercâmbio.

Seu objetivo primordial é servir como padrão para instituições que tencionem intercambiar registros bibliográficos e catalográficos gravados em meios magnéticos. Particularmente, é destinado àquelas instituições que possuem registros de monografias seriadas, contribuições constantes de anais de congressos e outras partes de documentos (as analíticas, por exemplo) que constituem unidades independentes à sua autoria.

O FORMATO IBICT é constituído por três componentes indispensáveis ao intercâmbio efetivo entre bases de dados:

1º - Regras para organização de dados em computador de modo que possam ser intercambiadas, incluindo regras para o tamanho do meio físico de armazenamento. É utilizado, nesse caso o formato padrão para intercâmbio de dados em fita magnética (ISO 2709) estabelecido pela International Standard Organization.

2º — Códigos para a identificação dos diferentes elementos de dados no registro. Esse componente relaciona os parágrafos, indicadores e códigos de subcampos, isto é, define os códigos dos diferentes elementos de dados no registro.

3º — Regras para formulação dos diferentes elementos de dados, não somente em termos de conteúdo, mas também de formato, se os registros forem adequados para o uso por outra instituição. Este componente refere-se à forma e conteúdo dos elementos de dados, que variam de acordo com as regras de catalogação usadas e os modos pelos quais os diferentes elementos de dados prescritos pelas regras são divididos e identificados separadamente.

No FORMATO IBICT, os elementos de dados foram definidos de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo-Arnericano (AACR) em sua segunda edição.

Visando porém permitir uma maior flexibilidade no intercâmbio de sistemas automatizados de registros

bibliográficos e catalográficos, o FORMATO IBICT define também elementos de dados da primeira edição do AACR e não mais mencionados na segunda edição, objetivando o, uso dos mesmos por instituições que utilizaram ou ainda utilizam a primeira edição. (Ex.: Indicação de série como nome pessoal, entidade coletiva etc.).

Os elementos de dados do FORMATO IBICT que compõem os campos de descrição bibliográfica e catalográfica estão divididos em campos de dados de tamanho fixo e campos de dados de tamanho variável. Com a finalidade de seguir uma estrutura de descrição bibliográfica, esses campos estão divididos em blocos.

O FORMATO IBICT constitui uma etapa evolutiva no desenvolvimento de um formato comum de comunicação de registros bibliográficos computadorizados.

O CCN TORNA-SE MAIS ÁGIL

O Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas - CCN é uma atividade na qual o IBICT concentrou; desde sua criação, há 31 anos, uma enorme soma de esforços. Seus benefícios são hoje sentidos por toda a comunidade de ciência e tecnologia. Sem a sua existência não se poderia ter implementado o Programa de Comutação Bibliográfica — COMUT do qual é parte indispensável.

Com o objetivo de agilizar os processos que envolvem a manutenção e exploração do CCN, o IBICT desenvolveu um novo *sistema de computação* para gerenciar as bases de dados que compõem o CCN.

Atualmente, essas bases de dados já se encontram residentes no minicomputador SISCO S-10000, de propriedade do Instituto.

As novas facilidades oferecidas pelo sistema permitirão que as bibliotecas cooperantes atualizem com maior facilidade e rapidez seus acervos registrados no CCN. Além disso, torna-se possível acessar em linha essas bases através de buscas em campos específicos, tais como, *título do periódico*, editor, sigla da biblioteca etc. Existem já registrados, no CCN, 83000 títulos de periódicos em 900 bibliotecas cooperantes, com 400000 coleções.

Baseado nessa flexibilidade do sistema, o IBICT está iniciando um projeto piloto em que algumas

bibliotecas estarão conectadas, inicialmente em caráter experimental, ao computador do Instituto visando à exploração e atualização dos dados do CCN.

Esse projeto tem por finalidade avaliar essas novas ferramentas de software e, posteriormente, deixá-las disponíveis à comunidade através da Rede de Comutação de Pacotes (RENPAK) da EMBRATEL

DISSEMINAÇÃO EM LINHA DE PROJETOS DE PESQUISAS

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) possibilitará, brevemente, a disseminação para a comunidade, das informações referentes a projetos de pesquisas contidas no Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos (SELAP), do CNPq.

O SELAP foi criado, em 1976, para acompanhar os programas, projetos e atividades prioritárias do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT) e transformou-se em um instrumento de ação do CNPq não só para o acompanhamento e avaliação das atividades científico-tecnológicas desenvolvidas, mas também como valioso instrumento do processo de planejamento e coordenação de ciência e tecnologia (C &T) no País.

O SELAP atualiza, através de um levantamento bianual, os dados sobre as entidades atuantes em C & T no País, recursos humanos e projetos e pesquisa, com o objetivo de: subsidiar o planejamento da execução das atividades de C&T, em âmbito nacional; contribuir para a composição de indicadores de C &T junto a sistemas nacionais e internacionais; oferecer informações aos pesquisadores e aos centros de ensino e pesquisa.

Informações sobre entidades, pesquisadores e projetos de pesquisa encontram-se registradas no Sistema, nas seguintes áreas:

Energia, Agropecuária, Educação e Cultura, Saúde e Nutrição, Assistência Social, Habitação e Saneamento, Indústria, Mineração, Transportes, Comunicações, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Urbano, Meteorologia e Climatologia, Recursos do Mar, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Atividades Espaciais e Desenvolvimento Científico.

O SELAP oferece relatórios em três níveis de agregação, isto é, estratégico, tático e operacional, voltados aos diferentes níveis de utilização da informação. Dessa forma, obtêm-se os dados a nível de relação dos projetos, instituições e pesquisadores; relatórios setoriais; e relatórios de projetos de pesquisa por assunto específico.

O plano de divulgação do SELAP, iniciado em 1982, inclui publicações referentes a projetos de pesquisa e recursos humanos.

Em decorrência das atividades de cooperação entre o CNPq e o IBICT, foi formalizada, em novembro de 1985, a participação do Instituto na disseminação dos dados desse Sistema.

Para tanto, o SELAP irá utilizar os programas de recuperação desenvolvidos pelo IBICT, para os dados relativos a projetos de pesquisa, através do envio desses dados sob a forma de fitas magnéticas, ao Instituto.

O sistema de recuperação do IBICT possibilitará o acesso em linha dessas informações em terminais localizados no SELAP, na sede do CNPq, e no próprio Instituto.

A recuperação e a disseminação das informações e projetos de pesquisa serão realizadas pelo IBICT e estarão disponíveis para a comunidade interessada através do seu Centro de Informação Referencial.

SISTEMAS ESTADUAIS DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O programa Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia originou-se de um convênio firmado entre o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Articulação com os Municípios (SAREM) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a finalidade de imprimir uma linha de ação de descentralização da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico do País, entendendo que o desenvolvimento nacional, no seu sentido mais amplo, seria expresso pela superação dos desequilíbrios de qualquer ordem entre as regiões brasileiras e seus respectivos setores produtivos.

Para auxiliara incorporação da componente ciência e tecnologia (C &T) como função de Estado, de forma compatível com os planos e programas nacionais,

considerou-se que o caminho mais curto e viável seria a institucionalização de um sistema de ciência e tecnologia, a partir das instituições afeitas à área, existentes em cada unidade da federação,

A implantação desse Sistema em cada unidade da Federação exigiu a criação de mecanismos que viessem promover a operacionalização dessa nova estrutura sistêmica.

Em decorrência disso, foram criados: conselhos estaduais de C & T com alto nível de representatividade das instituições governamentais, das instituições de pesquisas, da comunidade científica e do setor produtivo locais; secretarias executivas, com a finalidade de viabilizar as decisões emanadas dos conselhos, operando em nome destes e promovendo a articulação à nível estadual e federal; fundos estaduais para o desenvolvimento científico e tecnológico; e sistemas estaduais de informação em ciência e tecnologia. Como consequência, vários estados já publicaram os seus planos estaduais de ciência e tecnologia, baseados na identificação da componente C & T nos planos quadrienais de governo.

Sob a coordenação do CNPq, foi iniciada a criação, em várias unidades federativas, dos Sistemas Estaduais de Informação em Ciência e Tecnologia (SEICTs), estando já implantados sistemas em vários Estados,

Esses sistemas atuam como instrumentos do processo decisório de formulação da política científica e suas ações de planejamento, administração e execução.

Os SEICTs estão capacitados a suprir a demanda de informação sobre a oferta de ciência e tecnologia local, com dados sobre projetos, recursos humanos e entidades atuantes em C & T, com o apoio de centros, sistemas e bibliotecas especializadas dos estados, com base em uma estrutura informal, fortificada pela articulação e cooperação mútuas.

Os Cadastros Estaduais de Entidades atuantes em C & T foram um dos primeiros produtos gerados pelo SEICTs visando orientar a comunidade demandante de tecnologia sobre a experiência e a potencialidade de pesquisa disponível nos estados para o aperfeiçoamento tecnológico. Na elaboração e publicação desses cadastros, vários estados receberam o apoio da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio.

Até então, as atividades de assessoramento técnico às unidades da federação, para implantação e operacionalização dos SEICTs estavam a cargo da Assessoria para Assuntos de Articulação com os Estados, do CNPq, onde havia se iniciado a implantação da Base de Dados de Entidades Atuantes em C & T.

Em novembro de 1985, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão vinculado ao CNPq, assumiu a coordenação do projeto de assistência técnica aos Sistemas Estaduais de Informação em Ciência e Tecnologia, na implantação da Base de Dados integrando também as informações ora captadas pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e promovendo a atualização dos cadastros de entidades já publicados. O Instituto continua prestando assistência técnica aos Sistemas já existentes e estimulando a implantação de novos Sistemas em unidades da federação ainda não atendidas.

LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Como resultado do apoio à implantação e ao desenvolvimento de centros e serviços de informação especializados e de descentralização do controle bibliográfico da literatura científica e técnica brasileira, o IBICT, em conjunto com algumas Instituições está lançando as seguintes bibliografias especializadas:

Bibliografia Brasileira de Geociências e Tecnologia Mineral - 1983;

Bibliografia Brasileira de Carvão Mineral;

Bibliografia Brasileira de Química.

A Bibliografia Brasileira de Geociências e Tecnologia Mineral - 1983 é resultante da cooperação entre o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e o IBICT; órgão responsável pelo processamento dos dados contidos na publicação.

Essa bibliografia especializada enquadra-se no Sistema de Informação em Geociências e Tecnologia Mineral (GEOCINF), um dos programas do IBICT; e vem somar-se aos dois volumes anteriores lançados (1941/1950- 1976/1977 e 1951/1960), editados, respectivamente, em 1981 e 1983.

A bibliografia arrola diversos tipos de material bibliográfico, tais como artigos de periódicos; trabalhos apresentados em congressos, simpósios e seminários; monografias; teses e relatórios técnicos

publicados no Brasil e exterior, sobre temas nacionais em geociências e tecnologia mineral.

A obra cobre o período relativo ao ano de 1983 e é composta de lista de siglas, lista de periódicos analisados; lista de endereço das bibliotecas depositárias e de referências bibliográficas.

Cada referência bibliográfica consiste na descrição física do documento, seguida da localização do documento na fonte, de macrodescritores (grandes assuntos), identificadores, de termos livres (assuntos específicos) e de resumos, quando existentes.

O lançamento dessa publicação é mais uma contribuição para a divulgação das geociências e tecnologia mineral no País, necessidade sempre reclamada pela comunidade do setor.

A Bibliografia Brasileira de Carvão Mineral constitui um dos primeiros produtos da base de dados do Centro de Informação do Carvão (CIC), sediado na Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), no Rio Grande do Sul, que reúne o maior acervo especializado em carvão mineral do Brasil.

Dessa forma, o esforço do IBICT em apoiar o desenvolvimento do setor de informação em energia no País já apresenta seus reflexos. Foram publicados o Guia de Fontes de Informação em Energia e a Bibliografia de Carvão Vegetal, tendo sido dada continuidade ao apoio à Comissão Nacional de Energia Nuclear/Centro de Informação Nucleares (CNEN/CIN), através da cessão da base de dados INSPEC, além da participação ativa deste Instituto no desenvolvimento e implantação do Sistema de Informação Energética Latino-Americano (SIELA), programa da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), em conjunto com o Ministério das Minas e Energia.

A Bibliografia Brasileira de Carvão Mineral apresenta 1 305 referências de trabalhos brasileiros registrados em formato CALCO. As referências acompanhadas de resumos são acessíveis por índices alfabéticos de autores pessoais, de autores corporativos e de assunto.

Os documentos estão disponíveis no Centro de Informação do Carvão (CIC) para consulta e fornecimento de cópias.

A Bibliografia Brasileira de Química é a primeira a ser editada, em conjunto, pelo IBICT e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), órgão coordenador do Programa de Informação em Química Básica e Química Tecnológica (INFOQ).

O Instituto Nacional de Tecnologia é o responsável pela coleta e registro da produção nacional na área de Química e Engenharia Química visando torná-la disponível à comunidade técnico-científica do País.

A Bibliografia Brasileira de Química cobre o período relativo a 1980/1984, arrolando material bibliográfico de diversos tipos, tais como patentes e normas, teses, artigos de periódicos, monografias, etc, e é composta de lista de periódicos analisados, com seus títulos por extenso, editores e respectivos endereços; e de referências bibliográficas que contêm a descrição física do documento, sua localização na fonte, macrodescritores (grandes assuntos), identificadores e resumos, quando existentes.

Essa publicação foi gerada a partir da base de dados nacional na área de Química, sediada no INT; e contém 2 760 referências bibliográficas.

Os documentos na íntegra, podem ser localizados na Seção de Informação Tecnológica do INT; onde estão à disposição dos usuários para consulta e obtenção de cópias.

SILVA, Roseli Moraes & BUCHMANN, Roberto C. CAP- Controle Autorizado do Acervo de Periódicos. **Ciência da Informação**, Brasília, 14 (2): 163-74, jul/dez. 1985.

O CAP — Controle Automatizado do Acervo de Periódicos foi desenvolvido a fim de solucionar dois problemas básicos; a morosidade dos processos técnicos convencionais usados até então que impediam a atualização constante do acervo e a falta de um documento que centralizasse informações sobre todos os periódicos do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. A automação pareceu a melhor alternativa, tanto do ponto de vista de velocidade de processamento, quanto da disponibilidade de um computador na própria

(Continu.)

Ficha

SILVA, Roseli Moraes & BUCHMANN, Roberto C. CAP- Controle Autorizado do Acervo de Periódicos. **Ciência da Informação**, Brasília, 14 (2): 163-74, jul/dez. 1985.

instituição. Os dados relativos aos periódicos foram armazenados no computador, basicamente através de duas planilhas: Referência Bibliográfica e Acervo. O principal produto obtido foi o Catálogo Coletivo de Periódicos do IPT, contendo 3 480 títulos nas áreas científica e tecnológica, agora disponível em cada uma das bibliotecas divisionais. Produtos secundários, como listagens de títulos por países, tipo de aquisição, periodicidade, etc. podem ser obtidas de acordo com as necessidades de trabalho.

VEADO, Juarez Távora. O planejamento e o orçamento da atividade científica e tecnológica numa abordagem sistêmica: um esboço preliminar. *Ciência da Informação*, Brasília, 14(2): 73-91, jul./dez. 1985.

Apresenta uma visão sistêmica do planejamento e orçamento da atividade científica e tecnológica, a nível global e a nível das instituições de P & D. Três parâmetros distintos podem descrever as atividades de C & T, tendo em vista seu planejamento: os objetivos, os setores de atividades e as funções de P & D. Os objetivos devem ser externos ao próprio sistema ou à instituição de P & D. O estabelecimento das funções requer algum grau de especialização dos órgãos de execução e das agências de financiamento. A metodização dessas etapas de P & D é

(Continu

Ficha

VEADO, Juarez Távora. O planejamento e o orçamento da atividade científica e tecnológica numa abordagem sistêmica: um esboço preliminar. *Ciência da Informação*, Brasília, 14(2): 73-91, jul./dez. 1985.

necessária, a fim de melhorar a "saída" do sistema de C & T e assegurar melhor confiabilidade às soluções por ele apresentados aos problemas propostos. O orçamento deve atender para estas características próprias de C & T e à hierarquização dos objetivos.

LEITÃO, Dorodame Moura. A informação: insumo e produto do desenvolvimento tecnológico. *Ciência da Informação*, Brasília, 14 (2): 93-107, jul./dez. 1985.

Analisa o papel da informação no desenvolvimento tecnológico, visto como um processo de aprendizado. Com o objetivo de melhor compreender o fenômeno a nível macro, de país, é avaliado, inicialmente, o relacionamento entre o fluxo da informação e o aprendizado tecnológico a nível micro, que ocorre com o indivíduo. Essa análise inicial realça os aspectos psicológicos e sociológicos envolvidos nesse relacionamento. A avaliação a nível de empresa e de país, feita por analogia, permite ressaltar os ângulos políticos

(Contin)

LEITÃO, Dorodame Moura. A informação: insumo e produto do desenvolvimento tecnológico. **Ciência da Informação**, Brasília, 14 (2): 93-107, jul./dez. 1985.

culturais e económicos. Nesses níveis de agregação maior, os elementos básicos do fluxo da informação, como as barreiras e os códigos, assumem características políticas de grande importância para o entendimento da questão tecnológica a nível mundial. Discussão das diferenças existentes no papel da informação em países desenvolvidos e em desenvolvimento. O entendimento de tais diferenças permitirá, aos países em desenvolvimento, a adoção de políticas adequadas ao seu estágio tecnológico no sentido de conseguir uma autonomia tecnológica que permita dominar e controlar o fluxo de informação tecnológica que circula no país.

BRITAIN, J. Michael. Desenvolvimento de currículo nas escolas de biblioteconomia para enfrentar o desafio da tecnologia da informação. Tradução de António Felipe Corrêa da Costa. **Ciência da Informação**, Brasília, 14 (2): 109-25, jul./dez. 1985.

Os avanços na tecnologia da informação possibilitam a especialistas de informação envolverem-se em aspectos de processamento e uso da informação para a resolução de problemas e tomadas de decisão, o que não era possível anteriormente. Isto apresenta um desafio para as escolas de biblioteconomia desenvolverem novos cursos relacionados com a tecnologia da informação. Uma nova geração de estudantes está surgindo à procura de instrução voltada para carreiras situadas num leque considerável de atividades de informação. Os cursos existentes e os

(Continua)

BRITAIN, J. Michael. Desenvolvimento de currículo nas escolas de biblioteconomia para enfrentar o desafio da tecnologia da informação. Tradução de António Felipe Corrêa da Costa. **Ciência da Informação**, Brasília, 14 (2): 109-25, jul./dez. 1985.

planejados em ciência de computadores, psicologia e inteligência artificial, ciência da administração e engenharia elétrica refletem os progressos na tecnologia da informação mas não preenchem o campo de maneira completa. Existe uma lacuna evidente a ser preenchida pelas escolas de biblioteconomia, do mesmo modo como a nova geração de sistemas de informação computadorizados exige um ambiente rico em informação. Este artigo propõe um novo currículo universitário em ciência da informação, abrangendo aspectos de processamento e uso da informação não incluídos em cursos de outras disciplinas.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Estudos de usuários como suporte para planejamento e avaliação de sistemas de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, 14(2): 127-35, jul./dez. 1985.

Discussão sobre a falta de utilização de resultados de estudos de usuários para planejamento e avaliação de sistemas de informação. Apresentação de textos selecionados que analisam esses resultados e apontam suas implicações, fazem recomendações e estabelecem diretrizes para planejamento/avaliação de sistemas de informação com base em resultados de estudos de usuários.

OLIVEIRA, Silas Marques de. Marketing e sua aplicação em bibliotecas: uma abordagem preliminar. **Ciência da Informação**, Brasília, 14(2): 137-47, jul./dez. 1985.

Analisa os vários aspectos da técnica de marketing e sua aplicabilidade ao contexto das bibliotecas. Apresenta o conceito clássico de marketing e sua definição atual. Discute a diferença entre a organização que é orientada para o produto, daquela que é orientada para o marketing, bem como as diferenças entre o marketing de serviços e o marketing de produtos. Enfatiza o marketing como uma "atitude" e a necessidade das bibliotecas serem responsivas aos reclamos da comunidade, através de uma pesquisa de mercado, segmentação e da utilização do "marketing mix", discutindo seus vários elementos. Alerta contra a "miopia" no marketing e apresenta os tópicos que um plano de marketing deve abranger.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca et alii. Terceiro Mundo - Tecnologia X Transferência de Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, 14(2): 149-61, jul./dez. 1985.

A questão da tecnologia e da transferência da informação no Terceiro Mundo. A relação entre Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento é discutida como suporte à análise dos vínculos da tecnologia, no Terceiro Mundo relativos à capacidade científica e tecnológica e à informação tecnológica. O desenvolvimento institucional da ciência e tecnologia no Brasil é, especialmente, enfocado.